

Sumário

Agradecimentos.....	VII
Prefácio	IX
Introdução.....	1

Parte I – O Processo Diagnóstico

Capítulo I – A Atividade Diagnóstica	7
1. A prática da medicina e o diagnóstico	7
1.1 A atividade diagnóstica e o encadeamento dos cuidados.....	15
2. O processo e a decisão diagnóstica.....	17
2.1 O produto e o processo (e o) diagnóstico	20
2.2 O processo diagnóstico e o(s) produto(s) diagnóstico(s)	22
2.3 O processo e o produto diagnóstico e a conformação da assistência ..	29
2.4 A dicotomia processo/produto diagnóstico e o exame do diagnóstico.....	34
3. O processo diagnóstico	40
3.1 A exploração diagnóstica	45
3.2 A conformação do processo diagnóstico	55
Capítulo II – O Paciente e o Processo Diagnóstico	61
1. A participação do paciente no processo diagnóstico	61
2. O processo diagnóstico e o processo informativo.....	66
2.1 A vontade do paciente e a exploração diagnóstica	67
2.2 Os esclarecimentos médicos e a exploração diagnóstica.....	71

2.3 A amplitude e a transmissão dos esclarecimentos médicos	73
2.4 A informação e a individualização da assistência	82
2.4.1 A individualização dos esclarecimentos	84
2.4.2 O papel do médico perante outras fontes de informação	86
2.5 A decisão do paciente e o processo diagnóstico	87
2.5.1 A tomada de decisão compartilhada	90
2.5.1.1 <i>Shared decision making</i> e <i>informed consent</i>	97
3. O conflito entre a vontade do paciente e a proposta médica	100
4. Os esclarecimentos médicos e a liberdade do paciente	107

Parte II – O direito penal, a medicina e o processo diagnóstico

Capítulo I – A Responsabilidade Médica e o Direito Penal	113
1. A ir/responsabilidade do médico pelos atos praticados no exercício de sua profissão	113
1.1 A atividade médica e a responsabilidade penal	115
1.2 A irresponsabilidade pela diagnose	119
2. O erro diagnóstico	125
2.1 A relação entre o processo e o produto diagnóstico.....	130
2.2 O erro no processo diagnóstico	131
2.2.1 A neutralidade da expressão “erro médico”	133
3. O processo diagnóstico e a tutela penal	137
Capítulo II – A Responsabilidade Penal Médica	141
1. As soluções jurídico-penais: recomendações e contraindicações	141

1.1 A ausência do fato típico devido ao resultado da intervenção	141
1.2 A teoria da relevância e a atipicidade do tratamento curativo	145
1.3 A teoria subjetiva ou da falta do dolo	148
1.4 A ação socialmente adequada	154
1.5 O sentido social da ação	161
1.6 O tratamento aplicado às intervenções típicas	164
1.6.1 A autorização para o exercício da profissão ou teoria do exercício do direito.....	164
1.6.2 O cumprimento de um dever	171
1.6.3 O tratamento médico como uma causa de justificação não codificada.....	173
1.6.4 O consentimento do paciente	174
1.6.4.1 O consentimento e o acordo	177
1.6.4.2 O consentimento justificante	182
1.6.5 O direito de necessidade ou o estado de necessidade justificante	196
2. O processo diagnóstico e a proteção do paciente	202

Parte III – O Processo Diagnóstico e a Proteção da Integridade Física

Capítulo I – O Processo Diagnóstico e a Atipicidade da Intervenção Médica..	205
1. A medicina, a saúde e a integridade física do paciente.....	205
2. O processo diagnóstico e as ofensas corporais	206
2.1 A indicação.....	209

2.1.1 A re/avaliação da indicação	215
2.2 As <i>leges artis</i>	216
2.2.1 A depuração do conceito	221
2.2.2 As <i>leges artis</i> e os avanços científicos	223
2.2.3 A identificação das <i>leges artis</i>	226
2.3 A finalidade terapêutica	229
2.4 A qualificação técnica	231
3. A violação das <i>leges artis</i>	232
3.1 A interpretação das <i>leges artis</i>	235
3.1.1 Os conhecimentos e a experiência da medicina	239
3.1.2 As <i>leges artis</i> e a medicina defensiva	241
3.2 A violação das <i>leges artis</i> : o tipo objetivo	246
3.3 A violação das <i>leges artis</i> : o tipo subjetivo.....	250
Capítulo II – A Integridade Física e o Fundamento da	
A/Tipicidade ou da I/Licitude da Intervenção Médica	257
1. O processo diagnóstico e a tipicidade das lesões corporais	257
1.2 As intervenções diagnósticas ora tratadas	258
1.3 A intervenção médica e o seu resultado: o benefício do tratamento	259
1.3.1 A qualificação da intervenção	264
1.4 A tipicidade da intervenção diagnóstica	267
1.4.1 A atividade diagnóstica e o risco permitido	273
1.4.2 A liberdade de método e o risco permitido	276

1.4.3 O consentimento e o risco permitido	282
1.4.4 O resultado da intervenção	288
2. A ofensa à integridade física e as intervenções diagnósticas: uma área comum	292

Parte IV – O Processo Diagnóstico e a Liberdade Individual

Capítulo I – O Processo Diagnóstico e a Autodeterminação do Paciente ...	305
1. A proteção penal da autodeterminação individual	305
2. A autodeterminação e a integridade física	307
3. O esclarecimento para a autodeterminação	308
3.1 O médico e o dever de informar	313
3.2 O conteúdo dos esclarecimentos	318
3.2.1 Os esclarecimentos sobre o produto diagnóstico.....	318
3.2.2 A informação sobre as hipóteses diagnósticas	319
3.2.3 A coexistência do processo e do produto diagnóstico	322
3.2.3.1 A ir/relevância do produto diagnóstico errôneo	323
3.2.4 Os esclarecimentos sobre o processo diagnóstico	324
4. O privilégio terapêutico	328
4.1 A informação e o perigo para integridade física, a saúde e a vida do paciente.....	335
4.2 O privilégio terapêutico e o regime jurídico-penal das intervenções médico-cirúrgicas	337
5. O esclarecimento devido e a renúncia do paciente à informação	341

5.1 A decisão diagnóstica: esclarecimento e recusa à informação.....	344
5.2 O rechaço à informação e a compreensão da exploração diagnóstica ...	349
6. A verdade e a transparência dos esclarecimentos	354
7. O consentimento presumido e o processo diagnóstico	359
Capítulo II – A Liberdade do Paciente e a Intervenção Médica	367
1. O consentimento livre e esclarecido.....	367
2. A proteção da liberdade e o processo diagnóstico	368
3. O constrangimento ilegal e a intervenção arbitrária	379
4. As perspectivas para a proteção da autodeterminação.....	390
4.1 A autodeterminação e a integridade física.....	391
4.2 A saúde e a intervenção arbitrária	404
4.3 A saúde, a integridade física e a incolumidade corporal	411
4.4 A autodeterminação e as <i>leges artis</i>	416
Considerações Finais	427
Siglas e Abreviaturas.....	435
Referências Bibliográficas	437
Decisões Judiciais Citadas.....	521
Legislações, Regulamentos e Demais Referências Normativas e Consultivas....	527